



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOBIODIVERSIDADE
E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS**

KARLA MAYARA FLORENTINO FERNANDES

**“SEM IGUALDADE DE GÊNERO NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL”: ECOPEDAGOGIA, ECOFEMINISMO E A ARTE COMO
CAMINHO PARA A MUDANÇA.**

REDENÇÃO

2024

KARLA MAYARA FLORENTINO FERNANDES

**“SEM IGUALDADE DE GÊNERO NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL”: ECOPEDAGOGIA, ECOFEMINISMO E A ARTE COMO
CAMINHO PARA A MUDANÇA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier.

Coorientadora: Profa. Dr^a. Juliana Geórgia Gonçalves de Araújo.

REDENÇÃO

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Fernandes, Karla Mayara Florentino.

F363s

"Sem igualdade de gênero não há desenvolvimento sustentável":
ecopedagogia, ecofeminismo e a arte como caminho para a mudança /
Karla Mayara Florentino Fernandes. - Redenção, 2024.
49f: il.

Dissertação - Curso de Sociobiodiversidade E Tecnologias
Sustentáveis, Programa de Pós-graduação Sociobiodiversidade e
Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier.

Coorientadora: Profa. Dra. Juliana Geórgia Gonçalves de Araújo.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Ecofeminismos. 3.
Igualdade de gênero. 4. Tecnologia social. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 338.927

KARLA MAYARA FLORENTINO FERNANDES

**“SEM IGUALDADE DE GÊNERO NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL”: ECOPEDAGOGIA, ECOFEMINISMO E A ARTE COMO
CAMINHO PARA A MUDANÇA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data de aprovado em: 10/12/ 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profª. Drª. Juliana Geórgia Gonçalves de Araújo (Coorientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profª. Drª. Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profª. Drª. Aiala Vieira Amorim

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Drª. Zuleide Fernandes de Queiroz

Universidade Regional do Cariri (URCA)

Dedico esta dissertação a todas as mulheres que vieram antes de mim, as que fazem parte da minha vida, as que passaram por mim durante a construção deste trabalho e a todas as mulheres que ainda virão. Dedico especialmente a minha avó, Rosa Florentino Vitorino (*In Memoriam*). Que estejamos atentas e fortes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à espiritualidade que me manteve firme e ancorada, principalmente nos momentos que pensei que não conseguiria me erguer.

Agradeço imensamente aos meus avós, Rosa Vitorino e Francisco Florentino (*In memoriam*), não me deixam em momento algum sentir que estou sozinha e desamparada.

Agradeço à minha família, que sempre me ensinou que a educação é libertadora. Aos meus pais, Maria Auricelia e Carlos Alberto, minha tia Maria Stela, meu irmão, primos, sobrinhos.

Agradeço aos meus filhos, Amelie e Joaquim que me desafiam diariamente a pensar um mundo mais justo e melhor para todos e a ensiná-los como ser pessoas justas e melhores para o mundo.

À minha companheira, Livia Paulia, que através das lentes dos seus olhos me faz enxergar toda a potência que há em mim. Gratidão por não me deixar desistir de mim e dos meus sonhos.

À todas as mulheres do Instituto *Fé Y Alegria* que fizeram parte desse processo, às mulheres dos movimentos sociais que dedicam suas vidas à coletividade e as do meu Coletivo Vozes Feministas, vocês são âncora e farol.

Agradeço especialmente à Profa. Juliana Geórgia, pelos ensinamentos inestimáveis, as trocas potentes e a forma como nos instiga a pensar de maneira crítica e afetuosa, agradeço por todo o suporte que me permitiu chegar até aqui. Você é inspiração e muito te admiro!

Ao Prof. Antônio Roberto Xavier, por sua orientação, por todas as magníficas indicações de leituras e autoras e principalmente por todas as vezes que em suas aulas me fez ver e pensar para além do que eu estava acostumada.

Agradeço igualmente às Profas. Rosalina Semedo, Elisângela Costa e Zuleide Queiroz, por aceitarem participar desta banca e por todas as potentes considerações que transformaram esta dissertação, vocês são mulheres inspiradoras.

Agradeço a este Programa de Pós-Graduação, seu corpo docente, técnico administrativo em educação e discentes pelo empenho e dedicação.

E por fim, mas não menos importante agradeço meus colegas de trabalho por todo apoio, suporte e paciência com esta mãe, trabalhadora, discente e as várias facetas que me compreendem.

"O que percebo ao longo dos anos é que, entre povos comunitários, os sonhos são comunitários. Na minha experiência com não indígenas, mesmo os sonhos que envolvem um contexto coletivo são individuais".

(Kaká Werá)

"Uma das maneiras mais vitais de nos sustentarmos é construindo comunidades de resistência, lugares onde sabemos que não estamos sozinhos".

(bell hooks)

"Não se esqueça de que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida".

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Esta dissertação dialoga sobre igualdade de gênero, empoderamento feminino e desenvolvimento sustentável através da aplicação de uma tecnologia social realizada com mulheres em situação de vulnerabilidade social num distrito rural do interior do Estado do Ceará. Nesta pesquisa consideramos como mote a afirmação dada pela Organização das Nações Unidas (ONU) que traz a igualdade de gênero como condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável através do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5). Consideramos também que, a lógica de dominação das mulheres e da natureza possui como raiz os mesmos sistemas de dominação: estruturas conceituais e sociais opressoras, colonialistas. Portanto, para subverter tais sistemas é necessário questioná-los. Baseados nisso, utilizamos subsídio teórico decolonial bem como a filosofia ecofeminista para fundamentar a discussão e dialogar as bases dessa opressão. A formação intelectual baseada numa educação crítica e libertadora é peça fundamental para diminuição abissal das desigualdades de gênero, raça e classe assim como para o rompimento dos sistemas de opressão que levam a tais desigualdades. Assim como tem igual relevância a independência financeira, empoderamento feminino e emancipação política para o alcance da igualdade de gênero e portanto, o desenvolvimento sustentável. Contudo, apenas o reconhecimento desses diferentes sistemas de exploração não é suficiente para alcançar a igualdade de gênero e assim, o desenvolvimento sustentável, mas reconhecer a interconexão que existe entre tais sistemas e a exploração que advém deles torna possível combatê-los. O objetivo da pesquisa é fomentar uma práxis emancipatória que consiste no acesso e construção do conhecimento bem como na construção de caminhos que levam à emancipação, mediante a aplicação de uma tecnologia social. A metodologia utilizada nesta pesquisa é do tipo qualitativa com uso do método da investigação-ação-participativa (IAP) ou como é denominada, no Brasil, pesquisa-ação-participante (PAP) na qual Borda (1985) descreve tratar-se de "uma metodologia dentro de um processo vivencial, um processo que inclui simultaneamente educação de adultos, pesquisa científica e ação social ou política, e no qual se consideram como fontes de conhecimento: a análise crítica o diagnóstico de situações e a prática cotidiana" e constitui um método de estudo e ação, estratégia de produção e difusão de conhecimento. As atividades realizadas

contaram com a participação de 15 mulheres residentes do distrito de Vazantes, Aracoiaba para formação do grupo de artesanato com macramê que ocorreu no período de novembro de 2022 a novembro de 2023, durante este período foram realizados 36 encontros, no turno da tarde (14h-17h), totalizando 200h. A tecnologia social desenvolvida resultou na construção de espaços acessíveis, seguros e acolhedores que pudessem tratar temáticas sensíveis para perfis diversos de mulheres, o aprendizado de uma técnica de arte e artesanato, transformando-o em produtos que são rentáveis, fomentou o trabalho coletivo além da idealização e implantação do Ateliê Arte em Nós, gerido pelas próprias mulheres e com a renda revertida para automanutenção do ateliê.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Ecofeminismos, Igualdade de gênero, Tecnologia Social.

ABSTRACT

In this research, we consider the United Nations (UN) statement as a guiding principle, which holds that gender equality is a *sine qua non* condition for sustainable development, as outlined in Sustainable Development Goal 5 (SDG 5). We also believe that the logic of domination of women and nature has its roots in the same oppressive and colonialist systems of domination: conceptual and social structures. Therefore, to subvert these systems, it is necessary to question them. Based on this, we use decolonial theoretical support as well as ecofeminist philosophy to ground the discussion and address the foundations of this oppression. Intellectual training based on a critical and liberating education is a fundamental piece for an abysmal reduction of gender, race, and class inequalities, as well as for breaking the systems of oppression that lead to such inequalities. Of equal importance are financial independence, women's empowerment, and political emancipation for achieving gender equality and, therefore, sustainable development. However, merely recognizing these different systems of exploitation is not enough to achieve gender equality and, consequently, sustainable development. Recognizing the interconnection that exists between such systems and the exploitation that comes from them makes it possible to combat them. The objective of the research is to promote an emancipatory praxis that consists of access to and construction of knowledge, as well as the creation of paths that lead to emancipation, through the application of a social technology. The methodology used in this research is qualitative, using the participatory action research (PAR) method, which Borda (1985) describes as "a methodology within an experiential process, a process that simultaneously includes adult education, scientific research, and social or political action, and in which critical analysis, diagnosis of situations, and daily practice are considered sources of knowledge." It constitutes a method of study and action, and a strategy for the production and dissemination of knowledge. The activities involved the participation of 15 women residing in the district of Vazantes, Aracoiaba, to form a macramé handicraft group, which took place from November 2022 to November 2023. During this period, 36 meetings were held in the afternoon, totaling 200 hours. The social technology developed resulted in the creation of accessible, safe, and welcoming spaces that could address sensitive topics for diverse womanhoods,

the learning of an art and craft technique, transforming it into profitable products, and fostering collective work, in addition to the creation and implementation of the Ateliê Arte em Nós (Art in Knots Studio), managed by the women themselves with the income reverted to the self-maintenance of the studio.

Keywords: Sustainable development, Ecofeminisms, Gender equality, Social technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formação prática. Apresentando a técnica de macramê: primeiros nós.....	35
Figura 2 - Formação teórica. Diálogos sobre Igualdade de Gênero e Ecofeminismos	36
Figura 3 - Grupo de <i>WhatsApp</i> ® Ateliê Arte em Nós.....	36
Figura 4 - Primeiro encontro do grupo. Apresentando o projeto e os temas a serem abordados.....	38
Figura 5 - Primeiro encontro do grupo. Apresentando a técnica de macramê e as perspectivas para as oficinas.....	38
Figura 6 - Bolsa em macramê produzida pela participante do grupo.....	39
Figura 7 - Ateliê Arte em Nós.....	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 Desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030.....	20
2.2 Igualdade de gênero como premissa para o desenvolvimento sustentável...	23
2.3 Rompendo com as fraturas coloniais através de uma ecologia e feminismos decoloniais.....	28
2.4 Tecnologia social para transformação social - Tecendo novos caminhos e possibilidades.....	30
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 Delineamento da pesquisa.....	32
3.2 Participantes da pesquisa.....	33
3.3 Coleta e tratamento de dados.....	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

O processo de escrita deste trabalho reflete meu lugar no mundo, ou a busca dele, um misto de desconstrução em progresso ou construção inacabada enquanto feminista, mãe atípica, discente, militante, trabalhadora e tantos outros papéis que de forma teimosa (muitas vezes!) insisto em me apropriar.

A academia não é para nós, mulheres! Foi preciso lembrar cotidianamente quais motivos me trouxeram a esta pesquisa e um deles foi a maternidade. Como marco importante, me trouxe questionamentos que fomentaram estudos e, por sua vez, me levaram a um processo de entender qual lugar, nós mulheres, conquistamos e os lugares que ainda precisamos conquistar/re-existir em sociedades colonialistas e patriarcais que sufocam direitos e silenciam gritos de denúncia.

Neste processo me deparei com algumas questões, uma delas é a compreensão que não é possível produzir desenvolvimento sustentável e afastar-se de uma crise multifacetada - ecológica, humanitária, política, social - sem romper com as correntes do racismo estrutural e da violência de gênero, todas as tentativas neste sentido tornam-se apenas retóricas vazias.

Mãe de duas crianças, um menino e uma menina, os desafios possuem magnitudes diferentes. A primeira experiência da maternidade vivi como mãe de uma menina, já desde a gestação as narrativas opressoras se fizeram presentes, as falas sobre como ensiná-la a se comportar para ser vista como uma boa menina/mulher perante a sociedade e, dessa forma, não tornar-se alvo de violências diversas, a criação para o cuidado com o outro, afinal quem cuida sempre são as mulheres, os brinquedos estereotipados em cores e funções que nos ensinam desde cedo que viemos para servir e silenciar.

Este conceito de "educação" feminina está diretamente ligada ao silenciamento: educar meninas significa ensiná-las a "não questionar" estruturas impostas pelo patriarcado, apenas acatá-las.

A maternidade também me trouxe uma visão mais profunda sobre meio ambiente, alimentação, consumo consciente, soberania alimentar, segurança alimentar. Me fez refletir sobre o tipo de educação que eu deveria considerar para criar meus filhos conscientes do seu papel no mundo ao mesmo tempo que me

questionava que mundo estaria individualmente ajudando a construir para eles e nossa futura geração, assim cheguei ao ecofeminismo e à sustentabilidade.

Ao longo da história foi construído um senso comum de que nós, mulheres, somos "sustentadas" por patriarcas, seja na figura do pai, marido ou Estado. Esse sustento é financeiro mas, também, está ligado a uma necessidade de segurança e proteção que nos dispensam, um ideal de feminilidade que nos coloca em um lugar de objetificação e subjugação, de dependência de um provedor. Um ideal necessário para firmar a divisão sexual e social do trabalho, a divisão entre produção e reprodução, trabalho remunerado e não remunerado e a quem se destinaria cada qual.

A nós mulheres cabe, portanto, nos sentir agradecidas por sermos "agraciadas" com um lar, alimentação e uma família, mas para mantê-los devemos em troca dessa benevolência oferecer nosso trabalho gratuito, assim como nossa obediência e silenciamento.

Esse é o *modus operandi* colonizador, sabemos que muitas características da nossa sociedade atual são "heranças" da colonização: o racismo, o machismo, sexismo, a intolerância religiosa, a LGBTQIA+fobia, a desigualdade social, a expropriação de terras indígenas, dentre inúmeros outros problemas, a exploração das mulheres e do meio ambiente.

O modelo de sociedade atual é baseada no neocolonialismo, a desigualdade e opressão de gênero retroalimenta e o sustenta, a colonialidade é fortalecida por inúmeras estruturas que são institucionalizadas e validadas socialmente e que lucram com a exploração do corpo da mulher, como descreve Quijano (2005, pp. 135-136) "a colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno".

Quanto mais camadas se interseccionam - como classe social, idade, raça, gênero, território - mais profundo torna-se o abismo dessas desigualdades e opressões. Essa modernidade/colonialidade se fez em torno de uma colonização de classe, raça, cor e sobretudo, na colonização dos gêneros (Lugones, 2010).

Mulheres que se colocam na posição de agentes, de pensadoras, de criadoras e de protagonistas são submetidas ao isolamento e a tratamentos humilhantes de modo a neutralizá-las e evitar a expansão de seus ideais. Por esse

motivo, a comunicação e, em seguida, a ação conjunta são indispensáveis para a luta contra as opressões.

Para romper esse ciclo do patriarcado e da opressão sexista precisamos compreendê-lo, entender como surgiu, como foi construído, a partir de qual visão e de qual versão da história. Esse movimento é necessário para quebrar internamente tais crenças e então contribuir para que outras meninas e mulheres também possam quebrar essas amarras e correntes que aprisionam.

Para Lerner (2019), o patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral.

É bem provável que estejamos vivendo um marco, a geração atual de mulheres podem e questionam abertamente essas distintas formas de opressões perpetradas. Isso significa que para as próximas gerações de meninas e mulheres, combater tais sistemas será mais naturalizado, mais orgânico.

Se igualdade de gênero é uma premissa para o desenvolvimento sustentável, como refere a Organização das Nações Unidas (ONU), então, devemos buscar estratégias para que este abismo que existe entre ambos possa diminuir até o ponto de não mais existir. É necessário pensar novas formas de romper com tais estruturas da colonialidade, ao mesmo tempo que construir essa emancipação e autonomia a partir de um projeto decolonial, é necessário pensar coletivamente as estruturas opressoras e lutar para o empoderamento dos grupos socialmente excluídos

Isso significa que, para tratar de igualdade de gênero, empoderamento de meninas e mulheres e desenvolvimento sustentável a partir da visão decolonial, precisamos sair da visão em túnel e passar a observar de modo mais profundo, ampliado e horizontalizado considerando os atravessamentos e intersecções - de gênero, idade, raça, classe social, território.

O gênero é atravessado por diversas categorias importantes e é fundamental debater com a devida relevância e profundidade a perspectiva de gênero e poder nessa sociedade machista que lucra com a exploração dos corpos femininos assim como faz com a exploração da natureza.

A perspectiva decolonial que este trabalho propõe é necessária pois não há como discutir novos caminhos de combate a opressões diversas utilizando a mesma fonte teórica hegemônica que sustenta e justifica tais opressões.

Entretanto, não é apenas o aporte teórico que faz este trabalho possuir uma perspectiva decolonial, ele nasce de uma necessidade social, possui como pano de fundo o empoderamento coletivo de mulheres, utiliza de espaços coletivos para promoção de interlocuções e ações que fortalecem o empoderamento feminino com vistas ao alcance da igualdade de gênero.

Contrapomos o parâmetro da "mulher universal", ideia esta que não considera a diversidade de experiências e vivências das mulheres e consideramos as mulheridades possíveis, não hegemônicas, os feminismos plurais, decoloniais e interseccionais.

Para Berth (2019, p. 64): “os estudos e experiências do feminismo, bem como as lutas empreendidas nesse campo de resistência, têm ressignificado os caminhos que se acreditou, até então, serem oportunos para o empoderamento de grupos minoritários.”

Nasce da necessidade de construção de espaços subjetivos onde essas mulheridades possam mostrar o valor de seu trabalho, de suas obras e de suas potencialidades, um espaço onde mulheres empoderam outras mulheres e através de nós que as entrelaçam podem romper com o silenciamento imposto através da rigidez de seus papéis sociais sem que explorem umas às outras ou fomentem rivalidades.

Portanto, à luz dessas teorias, propomos discussões e ações acerca do modo de ser/fazer um desenvolvimento sustentável e sustentado considerando a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres presentes no Objetivo do Desenvolvimento sustentável 5 (ODS 5) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de uma Tecnologia Social (TS) que desenvolve as temáticas do empoderamento de mulheres, igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável, de modo a repercutir em mudanças no cotidiano e no entendimento destes conceitos para as mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A TS neste trabalho busca propiciar transformação social a partir da construção de espaços dialógicos que possibilitem ampliar de forma acessível e

democrática o acesso ao saber acerca das temáticas do empoderamento de mulheres, igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável concomitante à produção de soluções aos objetos-desafios desta pesquisa.

Na parte teórica do trabalho me propus a descrever e esmiuçar os conceitos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e empoderamento feminino priorizando autoras vanguardistas do movimento feminista bem como autoras e autores que fazem parte de uma literatura decolonial e contra hegemônica.

Na práxis, através da tecnologia social, o desenvolvimento destes conceitos mediados pela arte, através de ensino da técnica do macramê, com aplicação dessa ferramenta no cotidiano das mulheres de modo a favorecer mudanças e soluções efetivas à luz do ecofeminismo, movimento teórico e prático que une a luta por igualdade de gênero com a defesa do meio ambiente.

O presente trabalho buscou desenvolver ações transformadoras para o empoderamento feminino, igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável, mediante a construção de uma tecnologia social em parceria com um grupo de mulheres e a Fundação Fé e Alegria de um distrito rural da cidade de Aracoiaba, denominado Vazantes.

As temáticas e ações desenvolvidas através da metodologia da investigação-ação participativa (IAP) também denominada pesquisa-ação participativa (PAP), para a organização de ações na comunidade, a fim de contribuir para a construção de uma visão crítica e ação transformadora da realidade em que vivem.

A metodologia foi escolhida pelo seu caráter político-transformador e aspectos emancipatórios, onde busca integrar investigação, educação popular e participação popular efetiva dos atores sociais, na experiência do conhecimento de seus próprios conflitos, estruturas e condições sociais assim como na possibilidade de intervenção dos problemas identificados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030

O conceito de desenvolvimento sustentável foi proposto em 1972, durante a Conferência de Estocolmo e versa a premissa de que é necessário satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, isso significa que:

É preciso possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (ONU, 1972, p. 6)

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou Agenda 2030 compõem a união de esforços para o alcance mundial do desenvolvimento sustentável. Ela incorpora 17 objetivos e 169 metas, aprovados durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015, e adotado por 193 Estados-membros, através do documento "Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável".

As ações previstas na Agenda 2030 estão distribuídas em quatro grandes áreas ou dimensões: ambiental, social, econômica e institucional e baseadas em cinco eixos de atuação: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias, denominados como 5 P's da sustentabilidade.

Nestas ações estão contidas metas voltadas para a erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Os ODS constituem um desafio que requer um engajamento mundializado entre governos, sociedade civil, movimentos sociais, setor privado, universidades, mídia e a própria Organização das Nações Unidas (ONU) para enfrentamento dos desafios globais a serem atingidos até 2030.

Estamos no ano de 2024 e pode-se dizer que, após 52 anos de difusão do conceito de desenvolvimento sustentável, avançamos bastante na proposição de objetivos, metas, políticas públicas, acordos, mas, infelizmente na prática não acompanhamos tal evolução, a dificuldade no cumprimento das metas variam de acordo com a realidade de cada país.

O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2024, sinaliza dados alarmantes, estamos a cinco anos do fim da agenda 2030 e de acordo com o relatório apenas 17% das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão no caminho certo.

No ano de 2023, durante a 78ª Assembleia Geral da ONU, tivemos mais um avanço que consistiu na incorporação do 18 ODS, no qual o Brasil repactuou o compromisso no combate ao racismo e a discriminação étnico-racial, através da criação e adoção voluntária do 18º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), relacionado à igualdade Étnico-racial, que visa à eliminação do racismo e discriminação étnico-racial em todas as suas formas, contra povos indígenas e afrodescendentes.

No Brasil, em âmbito federal, a missão de adequar as metas da ODS à nossa realidade ficou sob a responsabilidade e parcerias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030), por exemplo, tem sido um dos principais atores no monitoramento e promoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o GT tem gerado dados atualizados anualmente, através dos Relatórios Luz da Sociedade Civil, que nos permitem o acompanhamento da execução dos ODS.

Outra importante fonte de dados são os cadernos de avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil, os Cadernos ODS, organizados pelo IPEA e separados por objetivos do desenvolvimento sustentável.

No âmbito dos governos estaduais, estas metas devem estar contidas no Plano Plurianual (PPA). No Estado do Ceará, o Instituto de Pesquisa e

Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é o responsável pelo Relatório “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará” e tem a finalidade de "identificar e descrever as iniciativas e ações do Governo Estadual que direta ou indiretamente podem contribuir no alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030", o último relatório foi realizado no ano de 2022.

No âmbito regional, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR), a cidade de Aracoiaba possui a pontuação de 44,52 de 100, com classificação geral de 3.558 num total de 5.570, caracterizado com um baixo nível de desenvolvimento sustentável.

Em relação ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) que trata da igualdade de gênero, o nível é alarmante, encontrando-se Muito Baixo Nível (0 a 39,99): 31,46. Os indicadores analisados pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) demonstram que: para Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham há desafios significativos: 37,86 (IBGE, 2010), para Presença de vereadoras na Câmara Municipal há grandes desafios: 36,36 (TSE, 2020), para desigualdade de salário por sexo há desafios: 0,85 (IBGE, 2010), para diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham há grandes desafios: 16,3 (IBGE, 2010) e em relação a Taxa de feminicídio há grandes desafios: 7,48 (DataSUS/SIM, 2023).

No ano de 2023, Aracoiaba, cidade sede que localiza o distrito de Vazantes, local de aplicação da Tecnologia Social desenvolvida e aplicada neste trabalho, obteve dois importantes prêmios: o IQM e o Selo TCE Ceará Sustentável. A cidade recebeu a nota máxima do IQM (Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente) pela eficiência de sua gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos.

Já o Selo TCE Ceará Sustentável é uma premiação recebida pelos órgãos, dirigentes e entidades que desenvolvem projetos que contribuem para a sustentabilidade, Aracoiaba desenvolveu três dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU: ODS 8, que envolve políticas para acesso ao trabalho decente e desenvolvimento econômico; ODS 11, que trata de ações para uma cidade sustentável; e ODS 12, relacionado a uma cadeia de crescimento sustentável.

2.2 Igualdade de gênero como premissa para o desenvolvimento sustentável

A igualdade de gênero é um grande desafio, a Agenda 2030 da ONU elenca no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5 ou ODS 5 as metas necessárias para alcançar a igualdade de gênero e empoderamento feminino. Infelizmente, no Brasil e em outros países, o progresso dessa meta e de outras continua lento e desigual.

O ODS 5 encontra-se dentro da dimensão social, mas, outros objetivos possuem em seu conteúdo atravessamentos que versam sobre a igualdade de gênero elencando-a como relevante premissa.

Devido a esses atravessamentos que existem entre o ODS 5 e outros objetivos da Agenda 2030 é importante considerar que, para entender as relações existentes e planejar ações, é necessário afastar-se de bases teóricas centradas na colonialidade e estender a visão, estudos e ações com bases em referências decoloniais.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2022, fomentou a campanha do Dia Internacional das Mulheres com a temática “Igualdade de gênero hoje para um amanhã sustentável” e com isso sustentou que não há desenvolvimento sem igualdade de gênero.

Infelizmente, o desmonte de políticas públicas importantes e decisões sobre mulheres sem a participação destas afetam diretamente a vida de todos os perfis de mulheridades, incluindo das trabalhadoras rurais.

De acordo com o Relatório Luz de 2024, o governo federal retomou ano passado a promoção de políticas públicas voltadas às mulheres, mas frente à erosão de programas e orçamentos com investimentos mínimos nos últimos anos (2019-2022), o descompasso entre o que se propôs e o que de fato se tem como resultado é imenso, com avanço mínimo de dados oficiais.

O relatório revela ainda que, o ODS 5 ocupa o último lugar na distribuição de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o Orçamento Mulher muito abaixo do necessário e, pior, dos quais só cerca de 60% foram executados”.

Como salientamos, apesar da mudança climática ser um problema de todos, são as mulheres que mais sofrem os seus impactos, essa é uma

constatação facilmente observável quando consideramos, por exemplo, aumento da liberação de agrotóxicos altamente tóxicos e que já são possíveis, inclusive, de serem encontrados no leite materno, a insegurança alimentar, a flexibilização das políticas ambientais que levam a grandes catástrofes, o fechamento de escolas do campo, o baixo acesso de meninas e mulheres à saúde e educação, as taxas de feminicídio nas comunidades rurais, o baixo índice de mulheres na política, dentre outros.

Quando consideramos recorte de gênero e somamos a este o recorte de raça, a realidade nas comunidades rurais torna-se ainda mais preocupante, sendo possível observar junto às mulheres rurais além do aumento do número de violência, do número de feminicídio, o aumento da violência policial e a juventude negra agricultora, bem como nas cidades, continua sendo o principal alvo.

Estima-se que nos países em desenvolvimento, as mulheres representam até 43% da força de trabalho agrícola, podendo ser considerado inclusive um número subestimado já que o trabalho da mulher na agricultura ainda pode ser considerado uma extensão do trabalho de casa e não necessariamente um trabalho produtivo.

Segundo a FAO, as mulheres representam, em média, 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, variando esta taxa de 20%, na América Latina, a até 50% na Ásia oriental e África subsaariana. Na verdade, as estatísticas subestimam a contribuição da mão de obra feminina ao trabalho nas lavouras, porque, geralmente, as mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico. (Paulilo, 2013, p. 285).

No Estado do Ceará, o IPECE desenvolveu o Relatório ODS - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará: ODS 5 – Igualdade de Gênero que trata sobre as iniciativas e ações do governo estadual nesta perspectiva:

Para o alcance do ODS 5 são necessárias políticas públicas direcionadas para o combate à desigualdade de gênero, pondo fim a qualquer forma de discriminação contra todas as mulheres e meninas. Quando se aborda este tema, é importante saber que serão necessárias ações que além de empoderar todas as mulheres e meninas, também, atuem contra a violência, tráfico e exploração sexual, bem como garantir o acesso à saúde sexual e reprodutiva, educação,

igualdade de oportunidades de emprego e renda, inclusive em cargos de liderança. (FIRMIANO, 2022, p. 14).

A ONU afirma que, as desigualdades de gênero são obstáculos para o desenvolvimento sustentável e com a manutenção destas não será possível o alcance dos objetivos globais. Um dos importantes objetivos contidos na Agenda 2030 é o ODS 5, que discorre sobre metas para alcance da igualdade de gênero:

A efetivação da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas dará uma contribuição essencial para o progresso em todos os Objetivos e metas. Alcançar o potencial humano e do desenvolvimento sustentável não é possível se para metade da humanidade continuam a ser negados seus plenos direitos humanos e oportunidades. Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e participação política, bem como a igualdade de oportunidades com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis. (ONU, 2015, p.8)

Foge ao trivial desenvolver diálogos acerca do desenvolvimento sustentável, principalmente quando se leva em consideração e como *conditio sine qua non* a igualdade de gênero, configurando-se um debate que possui camadas diversas de modo que, traduzi-lo de forma simples e dialógica não é fácil, mas significa abrir caminho para transformação que precisa necessariamente acontecer de dentro para fora, já que essa estrutura machista, opressora e discriminatória é construída socialmente ao longo de nossa vida.

Mas, há um enorme hiato entre o alcance do desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero. Nós, mulheres, vivenciamos e sofremos cotidianamente os impactos dessa estrutura capitalista - que é sexista e opressora - e se utiliza da subordinação das mulheres para aprofundar e manter tais desigualdades. Há esforços contínuos em propor políticas e debater perspectiva de gênero em âmbitos diversos, mas ainda há uma dificuldade na implementação de fato.

Doravante, nos impõem a culpabilização sobre a mudança climática e as crises que dela advém, reafirmando-a como um problema de todos, incluindo nós (mulheres), quando na verdade sabemos que a causa primeira é de um sistema que busca prioritariamente explorar invés de preservar como alerta Primavesi (1997, p. 9):

Onde não se maneja, mas somente se explora, não existe mais respeito. No capitalismo toda a atividade é orientada para o lucro; até o ser humano é considerado apenas um “recurso”, um meio de produção. Terminou o respeito por tudo. Só não terminou o respeito pelo dinheiro. Nem há respeito pela vida como mostra a engenharia genética humana. Não existe mais pátria, mas somente entidades lucrativas. Fala-se ainda de estados, mas tão somente para indicar a região geográfica a que se faz referência.

É fato que o capitalismo não criou a desigualdade de gênero, mas a partir da estrutura que é peculiar desse sistema, a opressão, subordinação e exploração das mulheres ganhou outro patamar, como expõe as autoras a seguir:

A opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social à produção que visa ao lucro. [...] O capitalismo certamente não inventou a subordinação das mulheres. Ele existiu sob diversas formas em todas as sociedades de classe anteriores. O capitalismo, porém, estabeleceu outros modelos, notadamente “modernos”, de sexismo, sustentados pelas novas estruturas institucionais”. (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 51)

As mulheres têm sido historicamente excluídas dos processos de tomada de decisão, o que resulta na falta de consideração de suas perspectivas e necessidades específicas. A invisibilidade de nós, mulheres, é bem antiga e já combatida por nossas ancestrais e antepassadas, tentativas de nos silenciar aconteceu ao longo da história e permanece acontecendo. E quando se funde raça, classe e gênero esse silenciamento torna-se ainda mais opressor e violento. Truth (2020, p. 133) nos apresenta de forma notória através do seu famoso discurso “Não Sou Uma Mulher?” proferido durante convenção dos Direitos da mulher em Akron, Ohio:

Sei que vocês sentem comichões e vontade de vaiar quando veem uma mulher de cor se levantar e falar a respeito de coisas e dos direitos das mulheres. Nós fomos tão rebaixadas que ninguém pensou que iríamos nos levantar novamente; mas já fomos pisadas por tempo demais; vamos nos reerguer, e agora eu estou aqui.

Atualmente as mulheres negras ainda são compelidas a expor a invisibilidade à qual são relegadas tanto na teoria como na prática, expõe Davis (2016). A exploração feminina mudou de roupagem ao longo dos séculos, mas continua sendo exploração como a autora apresenta, durante período escravagista

as mulheres sofriam de forma diferente, vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos infligidos a elas.

A conveniência que leva hoje à sobrecarga de mulheres ao trabalharem dois, três turnos para prover seu lar sobrepondo trabalho formal e o trabalho informal de cuidado humano e do lar, sem divisão de tarefas não difere muito do que era feito em outras épocas, como nos traz Davis (2016, p. 25) referindo que “a postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.

Ao incluir as mulheres como agentes de mudança, podemos garantir que suas vozes sejam ouvidas e que ações sustentáveis e igualitárias sejam adotadas, isso se traduz em não apenas falar por nós mulheres ou implantar estratégias que não conseguem ser implementadas, mas considerar de forma séria que sem igualdade de gênero não haverá desenvolvimento sustentável.

Em contrapartida, mesmo que ações dessa magnitude pareçam ruas sem saída quando construídas dentro do sistema capitalista, é necessário dia a dia resistir, existir e transgredir na busca do devir.

Diante dos desafios que o mundo enfrenta, atualmente, é necessário adotar abordagens inovadoras para promover uma mudança substancial já que é mais do que observável que o "capitalismo consciente e sustentável" não se sustenta nem tampouco favorece o desenvolvimento sustentável.

2.3 Rompendo com as fraturas coloniais através de uma ecologia e feminismos decoloniais

Desde o surgimento do movimento feminista, a luta pela igualdade de gênero tem progredido de forma significativa em várias esferas da sociedade e à medida que o feminismo foi se aprofundando em seus estudos passou a reconhecer que essa luta está diretamente ligada a questões diversas enfrentadas pelo nosso planeta, como a preservação do meio ambiente.

O Ecofeminismo, por sua vez, surgiu na década de 1970 como corrente filosófica que identifica e enfatiza a conexão que existe entre a opressão das

mulheres e a exploração da natureza, desse modo compreende que a degradação do meio ambiente está diretamente ligada à subordinação das mulheres, o que torna a luta pela igualdade de gênero e pela proteção ambiental lutas indissociáveis.

Se a crise ecológica de hoje está diretamente vinculada ao capitalismo, ela também reproduz e agrava a opressão das mulheres. As mulheres ocupam as linhas de frente da atual crise ecológica, constituindo 80% das pessoas refugiadas em função do clima. No Sul global, elas constituem a vasta maioria da força de trabalho rural, ao mesmo tempo que carregam a responsabilidade pela maior parte do trabalho de reprodução social. Devido a seu papel central em prover alimentação, vestimenta e abrigo para a família, as mulheres representam parcela descomunal no trabalho de lidar com a seca, a poluição e a superexploração da terra. De forma semelhante, no Norte global, as mulheres pobres de grupos étnicos minoritários estão desproporcionalmente vulneráveis. Sujeitas ao racismo ambiental, elas constituem a espinha dorsal de comunidades submetidas a enchentes e envenenamento por chumbo. (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 84)

A visão ecofeminista reconhece que as sociedades patriarcais, fortalecidas na colonialidade, tendem a categorizar tanto as mulheres quanto a natureza como entidades inferiores, passíveis de dominação e exploração. Esse entendimento é fundamental para abordar a desigualdade de gênero e a crise ambiental de forma interligada, de modo que a igualdade de gênero perpassasse os demais objetivos do desenvolvimento sustentável.

Como movimento teórico e prático, campo de estudo e ativismo, possui as interseções necessárias para alcance de um futuro sustentável e igualitário, já que, para o desenvolvimento sustentável acontecer considera a igualdade de gênero como premissa. Essas palavras-chave - ecofeminismo, ODS, igualdade de gênero - se entrelaçam e exigem uma análise mais profunda a fim de compreendermos as interseções necessárias entre essas questões e como promovê-las, mais do que isso, como engajá-las de forma prática no cotidiano.

Em suma, o ecofeminismo e os objetivos do desenvolvimento sustentável se complementam e oferecem uma visão mais abrangente e inclusiva para construir um futuro sustentável e igualitário, enquanto o ecofeminismo destaca a conexão entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental, os ODS fornecem uma estrutura de objetivos e metas de alcance global para o

desenvolvimento sustentável. No entanto, é necessário ir além da retórica e traduzir essas ideias em políticas públicas e práticas concretas.

A transformação social requer uma abordagem integrada que promova uma real aproximação e alcance à igualdade de gênero. Pensar corpo e território como resistência se faz ainda mais urgente mediante estas crises que se tornam cada vez mais constantes e múltiplas, elas são: humanitárias, sociais, econômicas, ambientais, éticas, geopolíticas e tecnológicas. E nós, mulheres, estamos sempre à frente das movimentações propondo soluções, mudanças e firmando resistência:

As mulheres também estão na linha de frente das lutas contra a crescente catástrofe ecológica. [...] Por todo o globo, mulheres lideram um sem-número de lutas contra a privatização da água e das sementes e a favor da preservação da biodiversidade e da agricultura sustentável. Em todos esses casos, as mulheres moldam formas novas e integradas de luta, que desafiam a tendência que ambientalistas convencionais têm de formular a defesa da “natureza” e do bem-estar material das comunidades humanas como mutuamente opostos. Em sua recusa a separar problemas ecológicos dos relativos à reprodução social, esses movimentos liderados por mulheres representam uma poderosa alternativa anticorporativa e anticapitalista aos projetos “capitalistas verdes” que não fazem nada para impedir o aquecimento global enquanto enriquecem aqueles que agenciam “licenças para emissão de gases”, “serviços de ecossistemas”, “compensações de emissão carbono” e “derivativos ambientais. (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 85)

Nesse sentido, é crucial reconhecer que o ecofeminismo e os objetivos do desenvolvimento sustentável estão intrinsecamente ligados, devemos abordar as interseções entre essas questões e trabalhar em conjunto para alcançar a igualdade de gênero e um futuro sustentável.

Alhures, é importante salientar que desigualdades de gênero atravessam raça, classe e cor, ela é transversal a estas categorias, embora seja evidente e relevante salientar que tais disparidades bem como as socioeconômicas possuem o componente racial como fator potencializador.

O ecofeminismo, que não se limita às questões de gênero, também aborda as interseções entre raça, classe social e meio ambiente. Reconhece-se que as mulheres, especialmente as que estão em situação de vulnerabilidade, são as mais afetadas pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental.

Portanto, um enfoque ecofeminista envolve também a luta pela justiça social e pela equidade econômica.

2.4 Tecnologia social para transformação social - Tecendo novos caminhos e possibilidades

O conceito de utilização de uma Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

De acordo com Dagnino (2010) a Tecnologia Social (TS) é desenvolvida para busca de solução dos problemas sociais relacionados a essa dimensão é como um vetor para a adoção de políticas públicas que abordem a relação ciência-tecnologia-sociedade (CTS) num sentido mais coerente com a nossa realidade e com o futuro que a sociedade deseja construir.

Os parâmetros de tecnologia social fornecem os critérios para a análise das ações sociais decorrentes ou propostas, tais como:

1. razão de ser da tecnologia social <-> atender as demandas sociais concretas vividas e identificadas pela população;
2. processo de tomada de decisão <-> processo democrático e desenvolvido a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população;
3. papel da população <-> há participação, apropriação e aprendizado por parte da população e de outros atores envolvidos;
4. sistemática <-> há planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada;
5. construção do conhecimento <-> há produção de novos conhecimentos a partir da prática;
6. sustentabilidade <-> a tecnologia social visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental;
7. ampliação de escala <-> gera aprendizagem que serve de referência para novas experiências. (Almeida; Ássimo, 2021, p. 5)

Neste contexto, Kahlau *et al.* (2019) indica que a premissa orientadora é de que a TS dispõe de potencialidades capazes de produzir resultados emancipadores, causar controvérsias e subverter os obstáculos postos pelas abordagens, políticas, ideologias, centradas e devedoras dos modelos hegemônicos de desenvolvimento (sejam eles industrializados, modernos, alternativos ou sustentáveis).

O desenvolvimento sustentável surge como uma estratégia para atingir um equilíbrio entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais. Ele busca garantir que as gerações presentes possam satisfazer suas necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras de fazer o mesmo. O desenvolvimento sustentável tem como objetivo a preservação dos recursos naturais e a promoção de uma economia mais inclusiva e justa (ONU, 1972).

O uso de uma tecnologia social como meio de integrar e difundir o campo teórico do campo prático, trazendo de forma mais acessível o ecofeminismo e o desenvolvimento sustentável através da prática artesanal do macramê, proporcionando vivências reais sobre empoderamento e empreendedorismo feminismo, sobre coletividade e trabalho mútuo, um lugar de fala e de segurança onde os diversos perfis de mulheridades podem trabalhar juntas em prol do coletivo e não de forma competitiva.

O macramê é uma técnica de tecelagem manual que se utiliza de nós para criar uma variedade de itens, ao utilizar o macramê para criar produtos reaproveitamos materiais, como cordas, plásticos e tecidos descartados, diminuindo o desperdício e contribuindo para um ciclo mais consciente de consumo, minimizando impactos ambientais significativos.

Dessa forma, o ecofeminismo e o desenvolvimento sustentável encontram no macramê uma práxis que se torna uma forma de manifestar resistência, valores e princípios fundamentais para um futuro mais equilibrado e consciente.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

A metodologia utilizada nesta pesquisa é do tipo qualitativa com uso do método da Investigação-Ação-Participativa (IAP) ou como é denominada, no Brasil, Pesquisa-Ação-Participante (PAP) na qual Borda (1985) descreve tratar-se de "uma metodologia dentro de um processo vivencial, um processo que inclui simultaneamente educação de adultos, pesquisa científica e ação social ou política, e no qual se consideram como fontes de conhecimento: a análise crítica o

diagnóstico de situações e a prática cotidiana” e constitui um método de estudo e ação, estratégia de produção e difusão de conhecimento, uma "pedagogia da práxis" como refere Gadotti (1998). Moretti e Adams (2011, p. 456) aprofunda o conceito de pesquisa participativa caracterizando-a como:

[...] a pesquisa participativa se caracteriza por integrar investigação, educação popular e participação social, oportunizando aos sujeitos envolvidos compreender e interpretar lógicas do funcionamento dos sistemas de dominação social, adquirir conhecimentos apropriados e animar a mobilização social em torno da luta para mudar a própria realidade, incidindo em processos mais amplos da sociedade".

A pesquisa idealizada e realizada por meio da aplicação de uma tecnologia social (TS), desenvolvida em um grupo de artesanato com ensino da técnica de macramê, que aconteceu em Vazantes, distrito de Aracoiaba, município pertencente à microrregião de Baturité, no interior do Ceará e aplicada no período de novembro de 2022 a novembro de 2023, durante este período foram realizados 36 encontros, no turno da tarde (14h-17h), totalizando 200h.

Ao considerar a aplicação de uma Tecnologia Social (TS) associada à Educação Popular e à construção de alternativas que podem modificar a realidade vivenciada por um grupo, encontramos nela o propósito de alcançar a comunidade, de protagonizar histórias de mulheres, para mulheres e por estas mulheres. Borda (1985) reforça que uma das principais estratégias de conscientização da IAP é a recuperação coletiva da história, destacando aspectos essenciais da luta de classes negligenciados pela história oficial e nesta história coletiva resgatada nesta pesquisa os sujeitos políticos são perfis de mulheres do campo, negras e socioeconomicamente vulneráveis.

3.2 Participantes da pesquisa

Importante historicizar a cidade e sua população, já que para propor mudança social é necessário uma análise crítica e estudo da situação da comunidade ou grupo onde se pretende atuar.

Vazantes possui esse nome por ter nascido às margens do rio Aracoiaba, que significa lugar onde os pássaros gorjeiam, o rio como centro da história desse território fez do distrito um lugar de idas e vindas mas também de

ancoragem, de raízes, de histórias que se cruzam. Uma cidade que possui na agricultura, artesanato e pequenos comércios, centro da economia. Também possui como farol importante de movimentação da cidade as festividades religiosas, principalmente católicas. Dessas várzeas que também nasceu e protagonizou o movimento "Vazantes Vive", demonstrando a capacidade de mobilização das "filhas e filhos da terra" em prol do desenvolvimento e valorização da sua história, patrimônio e seu território.

O movimento "Vazantes Vive", trouxe para o distrito a visibilidade e a viabilidade necessária para que um grande projeto tomasse corpo e forma, foi assim que Vazantes foi escolhida para ser sede de uma das filiais da Fundação Fé y Alegria, responsável por movimentar a economia, arte, cultura, educação através de projetos diversos com atividades de apoio escolar (pré-vestibular, reforço escolar, brinquedoteca, campanha de livros para uma biblioteca, etc.), grupos culturais (flautas, quadrilha, dança regional, balé, maracatu, capoeira, banda, dança dos idosos, etc.) e ações de geração de renda (padaria e confeitaria comunitária, fabricação de produtos de limpeza, corte e costura, artesanato, agricultura, etc.). Para além das atividades, o distrito ganhou importantes equipamentos onde todas essas atividades desenvolvem-se: o Centro de Desenvolvimento Educativo e Comunitário (CEDEC), criado em 2007 e a Galeria de Economia Solidária e Lazer Comunitário (Galeria), criada em 2010. Juntos, constituem um polo de cultura e economia solidária que reúne instalações e disponibiliza 10 boxes para empreendimentos diversos, uma praça de alimentação e um espaço para eventos.

É através da parceria que nasceu entre a Unilab, Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias Analíticas Avançadas (INCTAA) e a Fundação Fé y Alegria, que foi possível a formação da tecnologia social em questão, parceria esta que disponibilizou a infraestrutura e suporte logístico para realização das reuniões (Galeria Vazantes) e colaboração na seleção das mulheres participantes.

A Fundação ofereceu 15 inscrições para formação do grupo de artesanato com macramê junto às mulheres residentes em Vazantes e distritos vizinhos atendidas pelo Fé y Alegria, em condições de alguma vulnerabilidade, principalmente econômica.

Ao finalizar o período de inscrição, 15 mulheres haviam confirmado participação nos encontros. Destas que iniciaram, apenas 11 prosseguiram até a metade da pesquisa. Já ao final da pesquisa, 9 mulheres participantes concluíram o grupo e receberam certificado de participação nos encontros fornecidos em parceria com a Fundação Fé e Alegria, bem como realizaram avaliação das oficinas e da instrutora. As fichas de inscrição, frequência, avaliação e certificados foram provenientes da Fundação Fé e Alegria.

Os encontros foram planejados com 50% da carga horária para formação (Figura 1) na técnica do macramê, incluindo produção de peças e 50% da carga horária para diálogo (Figura 2) sobre os temas: igualdade de gênero, empoderamento feminino e desenvolvimento sustentável, considerando o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5).

As estratégias utilizadas para reduzir ausência ou descontinuidade das mulheres participantes bem como estimular a participação destas nos encontros foram a criação de um grupo de *WhatsApp*® (Figura 3) com lembretes no dia do encontro no período da manhã e uma hora antes do horário estipulado para início dos encontros, inserção de fotos dos encontros e posteriormente dos produtos fabricados a cada encontro.

Figura 1 - Formação prática. Apresentando a técnica de macramê: primeiros nós.



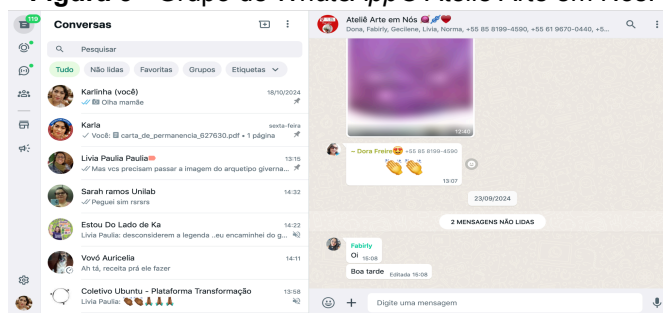
Fonte: Acervo próprio.

Figura 2 - Formação teórica. Diálogos sobre Igualdade de Gênero e Ecofeminismos.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 3 - Grupo de *WhatsApp*® Ateliê Arte em Nós.



Fonte: Acervo próprio.

Em relação às ausências e perdas de participantes nos encontros registramos o surgimento de imprevistos relacionados aos cuidados maternos de filhos com algumas necessidades especiais ou cuidados relacionados aos netos que nasceram durante o período de aplicação da tecnologia social, além do próprio cuidado com o lar e/ou trabalho formal, o que corrobora com o próprio estudo e a literatura que versa sobre as diversas tarefas que mulheres possuem e como estas implicam para o alcance da igualdade de gênero.

A parte teórica dos encontros conflui em torno das seguintes temáticas: desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e empoderamento feminino. Os temas relacionados foram escolhidos com base no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5). As discussões propostas aconteciam considerando como pilar e instrumentos o Ecofeminismo e a Ecopedagogia.

3.3 Coleta e tratamento de dados

Para coleta de dados foi utilizado como instrumento o diário de campo para “relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experimenta, pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo.” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 150). Os dados foram armazenados em diário de campo, planilhas do *Microsoft Excel*, na nuvem digital, no *Google Drive®* e também em documentos no *Google Docs* para posteriormente serem submetidos a análises descritivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro encontro (Figura 4), as mulheres foram informadas sobre os temas que seriam abordados nos encontros e sobre como funcionariam os demais encontros. O objetivo desse primeiro momento também foi conhecer o perfil das mulheres e suas expectativas com relação às atividades que seriam desenvolvidas, tirar dúvidas e apresentar os objetivos de criação do grupo.

Ressalta-se ainda, que além das temáticas escolhidas e apresentadas, ficou em aberto que poderiam ser trazidas outros temas a partir da dinâmica do grupo e desejo das participantes.

Realizamos uma apresentação (Figura 5) demonstrando a técnica que elas aprenderiam no decorrer dos encontros e as diversas possibilidades de aplicação para geração de renda. Para finalizar esse primeiro momento, realizamos uma dinâmica de apresentação, onde dialogamos sobre as expectativas das mulheres em relação à participação nos encontros.

A tecnologia social desenvolvida propiciou a construção de espaços acessíveis, seguros e acolhedores que pudessem tratar temáticas sensíveis para perfis diversos de mulheres e através desses espaços pudessem se beneficiar do aprendizado de uma técnica de arte e artesanato, transformando-o em produtos que são rentáveis (Figura 6). Também possibilitou trabalhar de forma coletiva para alcançar o empoderamento feminino do grupo que refletiu através da idealização e implantação do Ateliê Arte em Nós (Figura 7), gerido pelas próprias mulheres e com a renda revertida para automanutenção do ateliê.

Figura 4 - Primeiro encontro do grupo. Apresentando o projeto e os temas a serem abordados.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 5 - Primeiro encontro do grupo. Apresentando a técnica de macramê e as perspectivas para as oficinas.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 6 - Bolsa em macramê produzida pela participante do grupo.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 7 - Ateliê Arte em Nós.



Fonte: Acervo próprio.

Na primeira oficina colocamos como metas aprender a técnica e, aos poucos, no ritmo de cada uma, prosseguir para produção de peças, mais de uma participante não acreditou que aquilo seria possível visto a dificuldade que pareceu à primeira vista o aprendizado do macramê. Em poucos meses, cordões e nós transformaram-se em peças rentáveis: "Nunca pensei que fosse conseguir criar nada com esses nós, achava muito difícil" (M.M.N.N.).

E aqui está a beleza do empoderamento feminino sendo conquistado de forma coletiva, segundo León (2017), o empoderamento só se efetiva na coletividade, o empoderamento individual é considerado uma ilusão, pois, de acordo com a autora, o empoderamento precisa incluir mudanças individuais e coletivas, em um processo desenvolvido com a comunidade, com cooperação e solidariedade.

Berth (2019) soma a esta perspectiva ao afirmar que o empoderamento é um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta às transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas.

Se a condição para desenvolvimento sustentável é a igualdade de gênero, o caminho para alcançar a igualdade é através do empoderamento coletivo que, ainda segundo León (2017), se o empoderamento, no seu sentido mais genuíno, visa a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é possível, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser e a consciência crítica da coletividade é condição indissociável do empoderamento.

É através do empoderamento que quebramos paradigmas, tabus, quebramos correntes como a colonialidade do ser que sustenta e fortalece uma visão de mulher que ainda hoje é vista enquanto propriedade, passível de violação e exploração, seja de nossos corpos, do nosso trabalho produtivo e reprodutivo, transformando nossos corpos numa engrenagem que lucra com eles mas que não nos participa o resultado deste trabalho.

Algumas dessas mulheres sentiam dificuldade de priorizar tempo de qualidade para o próprio desenvolvimento, muitas antes de sair de casa precisavam realizar toda a atividade doméstica para só então dedicar um tempo a

si mesma, até perceber que não cabia culpa nesta dedicação: "Chegou a hora de ir pro meu curso e ainda não tinha terminado o almoço, nem contei pipoca, disse que o almoço tava no fogo e que terminasse de aprontar que não podia perder minha hora" (N.S.V.D).

É essa colonialidade do ser que provoca diariamente nosso silenciamento, nos dizendo que não possuímos lugar de fala nem de direitos e que nossa escolha gira apenas em torno de papéis sociais rígidos e limitantes, que o contrário disso é a punição.

Assim, o que podemos extrair de mais importante com essa leitura e que podemos aplicar no nosso dia a dia é a compreensão de que a colonialidade perpassa por aspectos como a nossa cultura, nossos comportamentos, pensamentos e até mesmo nossos sentidos físicos. A decolonialidade propõe que rompamos com esses imperativos e que possamos, enfim, construir uma realidade mais justa e que não sirva aos propósitos das elites, tanto nacional como internacionalmente (Maldonado-Torres, 2022).

Empoderar-se significa transgredir, transmutar, não aceitar um lugar de subalternidade porque reconhecemos que nosso corpo é nosso território e não latifúndio e que o trabalho dito invisível é na verdade um trabalho não remunerado.

Mas para conquistarmos esse empoderamento individual, mas principalmente coletivo, é necessário estratégias, políticas públicas, letramento, rede de apoio, autoestima, independência financeira, divisão de tarefas.

É imprescindível a compreensão de que não é possível produzir desenvolvimento sustentável e afastar-se de uma crise multifacetada - ecológica, humanitária, política, social - sem romper com as correntes do racismo estrutural e da violência de gênero, todas as tentativas neste sentido tornam-se apenas retóricas vazias.

É urgente pensar e desafiar o que temos hoje, pois, não importa em qual lugar de privilégio estejamos, este lugar só existe se comparamos mulheres com outras mulheres, se ousarmos estender esta comparação com base no gênero, é possível observar que não importa qual intersecção nos aproxima ou distancia, os impactos desta desigualdade e opressão de gênero impelem diferenciadamente em nossos corpos de mulheres e quando trazemos isso à tona, ao debate e para

resolução, os ataques são sempre no intuito de desqualificar nossos saberes e práxis.

Começar um projeto com a descrença individual das participantes acerca do próprio aprendizado da técnica exposta e finalizá-lo apresentando como resultado a inauguração do Ateliê Arte em Nós considerando que as peças são originais e produzidas pelas participantes, traz de forma visível que esta tecnologia social proposta obteve êxito apesar dos diversos desafios.

Outros benefícios como diálogos francos e acolhedores, espaços seguros para tratar de temáticas pessoais e sensíveis a cada uma das participantes, em muitos momentos tornaram-se suporte umas às outras em momentos críticos da vida pessoal:

"Passei o pão que o diabo amassou nas mãos do meu ex marido, mas tô viva e tô aqui" (M.E.S).

"Hoje estou bem chateada, as vezes dá vontade de desistir, mas lembro que tenho as meninas e que elas precisam mais que eu e venho mesmo assim" (A.S.G).

"Hoje não estou bem, acordei com dores, mas vim mesmo assim, não vou conseguir fazer muita coisa mas só em estar aqui junto de do grupo já me sinto mais animada" (N.S.V.D).

"Hoje acordei meio assim, triste, sei lá, mas vim mesmo assim, não quero fazer nada, só ficar aqui mesmo, na minha..." (N.S.B)

Produzir resultados que foram para além deste espaço físico, foram conquistas individuais e coletivas, empoderamento, autoestima, reconhecer-se como peça importante em um coletivo, atentar-se que seu trabalho não produtivo é tão valioso como qualquer outro apesar de não remunerado, por exemplo.

Importante ressaltar também que, a maioria das mulheres que permaneceram no grupo eram perfis de mulheres com idades de aposentadoria, cujo filhos já adultos haviam saído de casa ou cujos filhos em idade escolar, ao permanecer na escola ou nos diversos projetos ofertados pela escola proporcionaram a elas a oportunidade necessária de buscar seu próprio desenvolvimento e meios para gerar renda para família e/ou para si mesmas.

Trago o destaque para as mulheres que se desligaram do grupo, um resultado importante para se compartilhar, pois é uma real constatação das dificuldades e problemáticas ligadas especificamente ao gênero:

"Vou ter que sair mais cedo para pegar meu filho na escola, hoje ele não está bem..." (F.D.X).

"Não poderei mais participar do curso porque minha filha teve bebê e para ela voltar a trabalhar vou ficar com meu neto" (R.T.P.S).

A desistência das participantes se deu por motivos como: não possuir rede de apoio enquanto mães solas que permitissem-nas priorizar seu desenvolvimento pessoal, outras desligaram-se para ser rede de apoio de modo que suas filhas continuassem em seus empregos e/ou estudos, possuir filhos neuroatípicos e sendo a principal cuidadora não conseguir em sua rotina adequar o grupo de atividades.

Esses resultados refletem bem mais o retrato da realidade dos diversos perfis de mulheridades da nossa sociedade reiterando o perfil de gênero que se responsabiliza, cuida e apoia é o feminino. Segundo Nascimento (2021, p. 25), o conceito de mulheridades visa "demarcar os diferentes modos pelos quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas. Além disso, a ideia também é conferir movimentos de produção, visto que o termo 'mulher' pode sinalizar algo que se é de modo essencial".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse percurso, no qual tantas vezes pensei em desistir, logo percebi que a vida acadêmica não é inclusiva para mulheres, permanecer na academia é uma forma de resistência. Não há pertencimento, principalmente para nós mulheres que acumulamos vários papéis e ousamos fazer pesquisa.

Este trabalho proporcionou mudanças relevantes na vida das mulheres envolvidas, inclusive na minha, enquanto pesquisadora envolvida neste projeto. As discussões e diálogos, com visão geral, sobre os temas balizadores do projeto desde o início apresentou fortes indícios da cultura machista e normalização da exploração dos corpos femininos através, principalmente, da divisão sexual do trabalho, porém no período derradeiro já foi perceptível as mudanças nos padrões de compreensão e conscientização das mulheres da realidade da vida e seus contextos sócio-político-econômicos.

Traçando um balanço entre potencialidades e efeitos deste processo mobilizador, organizativo e participante que movimentou mulheres rurais evidenciamos que as tecnologias sociais cumprem seus papéis transformadores diante os desafios que se apresentam, neste caso, ações para a igualdade de gênero, que inclui o reconhecimento e o enfrentamento das diversas faces da violência de gênero, e educação ambiental transformadora, com importante destaque de que para além do processo de formação e organização interna das mulheres há a necessidade de debate de gênero junto aos homens.

Não é fácil criar meninas e meninos que compreendam desde cedo a importância da igualdade de gênero, que percebam que somos a natureza e que a forma como nos relacionamos entre si e com o meio ambiente nos afeta e afeta nosso futuro. Entretanto, toda essa compreensão torna-se inviável se não tivermos autonomia e independência financeira.

Promover a igualdade de gênero e combater as mudanças climáticas e seus impactos são dois grandes desafios pois implica caminhar na contramão de um sistema cuja estrutura e valores não convergem para o alcance destas grandes missões, na verdade, minam esses grandes objetivos.

O sistema capitalista, suas novas formas de colonialismo que constantemente se reinventam, caminham na contramão do desenvolvimento

sustentável, mas faz-se necessário permanecer resistindo e encontrando novos caminhos (decoloniais) para reescrever a nossa história enquanto sociedade.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ALMEIDA, G. T.; ÁSSIMO, B. M. **Tecnologia social**: a prática tem levado sua razão de ser à morte ou a abordagem clínica é um dos caminhos para cura?. Revista de Tecnologia Aplicada (RTA), 2021, v. 3, p. 3-17.

BERTH, Joice. **Empoderamento (femininos plurais)**. São Paulo: Polén, 2019.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Editora, 1994.

BORDA, Orlando. Fals. **Conocimiento y poder popular**: Lecciones con campesinos de Nicaragua, México, Colombia. Bogotá: Punta de Lanza, 1985.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAGNINO, Renato (org). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas: Komedi, 2010.

Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Tabnet: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Brasília-DF: Ministério da Saúde; 2023. Disponível em: <https://bit.ly/2Kvu8P7>.

FIRMIANO, Marília Rodrigues. **Relatório ODS**. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará: ODS 5 – Igualdade de Gênero. Nº 05/2022. Fortaleza, Ceará: IPECE. 2022.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GTSC A2030 – GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – Brasil. [s.l.]: GTSC A2030, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030**: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Brasília: Ipea, 2024. 19 p. (Cadernos ODS, 5). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS5>

ÍNDICE de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR). Instituto Cidades Sustentáveis & Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável: São Paulo & Paris. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/introduction> Acesso em 10.dez. 2023. ICS & SDSN, 2021.

KAHLAU, C. A.; SCHNEIDER, A. H.; SOUZA-LIMA, J. E. **Tecnologia Social como Alternativa ao Desenvolvimento**: indagações sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade. *Revista de Tecnologia e Sociedade*, v. 15, n. 36, p. 190-213.

LEÓN, Magdalena. **“El empoderamiento de las mujeres**: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género”. *La Ventana*, nº 13, 2001.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser**: contribuições para o desenvolvimento de um conceito. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MORETTI, Cheron Z.; ADAMS, Telmo. **Pesquisa Participativa e Educação Popular**: epistemologias do Sul. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, 2011.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em 01.nov.2023

ONU. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano**. In: Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 6p., 1972.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia**: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo, Nobel, 1997.

PAULILO, M. I. S. **FAO, fome e mulheres rurais**. *Dados*, v. 56, n. 2, p. 285–310, abr. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000200002>>

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher?** A narrativa de Sojourner Truth. Trad. Olive Gilbert, Irmã Editorial, 2020.